



Associativismo, correspondência e periodismo: tecendo uma rede de intelectuais feministas de língua portuguesa¹

Associations, Letters and the Periodic Press: Weaving a Network of Portuguese-Speaking Feminist Intellectuals

Viviane Souza Madeira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil

viviane.s.madeira@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-4405-3687>

Resumo: O presente artigo estuda e descreve algumas das cartas que fazem parte do *Espólio Osório de Castro* (N12) e do *Fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (BR RJANRIO Q0) com o intuito de mapear a formação de uma rede intelectual transnacional que conta com a escritora, ativista feminista e professora goesa Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes (1889-1937) e a ativista feminista e escritora portuguesa Ana de Castro Osório (1872-1933). A partir da análise das cartas e de sua ação nas associações de que faziam parte, observamos a prevalência de um ideal emancipatório pautado pela missão civilizatória, a que Françoise Vergès (2020) chama de *feminismo civilizatório*. As estratégias de propagação dessas ideias, proporcionadas pela mobilização de uma rede intelectual de mulheres, culminaram em publicações que superaram as barreiras nacionais, já que ambas as autoras publicaram seus textos em periódicos tanto em Portugal, quanto no Brasil e em Goa, na Índia.

Palavras-chave: Correspondência; imprensa periódica; feminismo; Brasil; Portugal; Goa.

¹ Este artigo é um resultado de estágio que culminou em um capítulo da tese desenvolvida pelo/a autor/a (cf. MADEIRA, 2021)

Abstract: This article studies and describes some of the letters that are part of the *Espólio Osório de Castro* (N12) and the *Fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (BR RJANRIO Q0) in order to map the formation of a transnational intellectual network. The feminist activist and Goan teacher Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes (1889-1937) and the Portuguese feminist activist and writer Ana de Castro Osório (1872-1933) are part of such a network. By analyzing their letters and their action in the feminist associations, we can observe the prevalence of an emancipatory ideal guided by the civilizing mission, which Françoise Vergès (2020) calls *civilizing feminism*. The strategies they adopted to propagate these ideas were put into action by mobilizing an intellectual network of women and culminated in the authors publishing their texts beyond national borders, which is reflected in their writings in the periodical press from Brazil, Portugal, and Goa, in India.

Keywords: Correspondence; Periodical Press; Feminism; Brazil; Portugal; Goa.

Introdução: da ação individual no profeminismo europeu à transnacionalização dos movimentos de mulheres

Os debates públicos realizados por mulheres acerca da questão feminina na Europa datam pelo menos do século XV quando, em 1405, Christine de Pizan concluiu a escrita de O livro da cidade de senhoras no contexto da querela das mulheres. Ao longo dos séculos², outras intelectuais europeias trataram individualmente do tema da igualdade de direitos entre mulheres e homens, como, por exemplo, Olympe de Gouges (1748-1793) na França, e Mary Wollstonecraft (1759-1797) na Inglaterra. No contexto de língua portuguesa, Vanda Anastácio (2015) afirma haver atitudes esparsas de resistência ao longo dos séculos XV, XVI e XVII e destaca a publicação de *Bondade das Mulheres vendicada*

² Em *European Feminisms - 1700-1950. A Political History*, Karen Offen (2000) sistematiza e analisa os movimentos feministas em diferentes nações entre os séculos XVI e XX, observando o papel central que a questão do gênero ocupa na política e na história europeia.

e malícia dos Homens Manifesta (1715), de Paula da Graça, um folheto de cordel³ escrito em resposta ao folheto de Baltasar Dias, *Malícia das Mulheres*, reimpresso em 1713.

Ainda que a discussão sobre a questão da mulher já existisse de maneira dispersa pelo antigo continente e alguns clubes de mulheres já tivessem sido organizados na França no contexto da Revolução Francesa⁴, a luta organizada e transnacional pela emancipação feminina teve seu início apenas no século XIX, sendo liderada, sobretudo, por mulheres brancas e burguesas que fundaram clubes, associações e agremiações. Nesses órgãos, as mulheres traçavam estratégias, forjavam alianças e espalhavam suas ideias emancipatórias para além das fronteiras de seus países ao comunicar-se com feministas ao redor do mundo por meio da troca de correspondências e da publicação de periódicos que elas mesmas enviavam umas às outras.

Tendo esse panorama em vista, neste artigo, propomo-nos a descrever e, em certa medida, analisar a relação estabelecida entre escritoras de territórios de língua portuguesa que levaram com que Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes (1889-1937), escritora, professora e feminista nascida em Goa, antiga colônia portuguesa na Índia, e Ana de Castro Osório (1872–1935), escritora e feminista republicana portuguesa, tivessem seus textos publicados na imprensa periódica brasileira, goesa e portuguesa. Para tanto, nos debruçaremos sobre o espólio da família Osório de Castro (N12), sob a guarda do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, e a correspondência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1894-1976), parte do Fundo de mesmo nome (BR RJANRIO Q0), cuja guarda é do Arquivo Nacional brasileiro, bem como algumas publicações da imprensa periódica goesa, brasileira e portuguesa da primeira metade do século XX.

³ De acordo com Vanda Anastácio (2015), os folhetos de cordel são pequenos libelos distribuídos de forma itinerante que circulavam textos e ideias para um público diverso daquele do livro, pois eram mais baratos de se produzir e representavam uma alternativa privilegiada para circular ideias, fugindo da forte vigilância exercida pelo trio Inquisição, Desembargo do Paço e Ordinário até 1768 e, daí por diante, pela Real Mesa Censória.

⁴ Karen Offen (2000, p. 60) comenta que os clubes de mulheres na França se apoiavam no slogan de ‘utilidade pública’ maternidade, pois realizavam o que chamavam trabalho social e educacional, preenchendo o vazio deixado pela Igreja nas obras assistenciais com o advento da laicização da sociedade francesa ocasionado pela Revolução.

O associativismo feminino de língua portuguesa: buscar direitos sem transgredir

A constituição de grupos de mulheres com interesses comuns resultou na criação de conselhos locais que filiavam-se a conselhos internacionais, como demonstra Anne Cova (2008) ao comentar que associações de mulheres fundadas na América Latina e na Europa do Sul, especificamente na Argentina (1900), França (1901), Itália (1903), Grécia (1908), Portugal (1914) e Uruguai (1916), estavam filiadas ao *International Council of Women* (ICW), fundado em Washington, nos Estados Unidos, em 1888. Cova também assinala a importância das redes e da circulação de ideias para explicar o surgimento desses conselhos (2018, p. 190).

Em Portugal, o órgão afiliado ao ICW era o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), fundado em 1914 pela médica Adelaide Cabete e encerrado em 1947 pelo Estado Novo. O CNMP foi a associação de mulheres mais longeva dentre aquelas que surgiram no início do século XX. Durante o tempo em que esteve ativo, o órgão federou muitas agremiações que eram, em sua maioria, pautadas pelo assistencialismo⁵. A CNMP também não se declarava como um conselho feminista: preferiam utilizar a palavra “feminina”, que era também adotada nos seus órgãos de propaganda, como a revista *Alma Feminina*, que contou com Ana de Castro Osório e Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes como colaboradoras. Anne Cova (2018, p. 198–199) comenta que a recusa em se associar nominalmente ao feminismo mostra um desejo de tranquilizar a sociedade quanto à sua ação, afastando-se dos movimentos sufragistas estadunidense e inglês, tidos como mais radicais. Ademais, quando utilizavam a palavra feminista ou feminismo, “por exemplo, no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas de 1916, os conselhos sentiam-se na obrigação de acrescentar que ‘o feminismo não pretende

⁵ João Esteves (2010) lista algumas das agremiações federadas na CNMP: Associação das Alunas do Instituto Educação e Trabalho; Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões; Associação dos Professores de Ensino Livre; Associação dos Professores do Instituto de Odivelas; Caixa de Auxílio aos Estudantes Pobres do Sexo Feminino; Grémio dos Professores Primários Oficiais; Grupo Balbina Brazão; Grupo Feminista Português; Liga Portuguesa da Moralidade Pública; Liga Portuguesa dos Educadores; Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Núcleo do Porto); Recreatórios Post-Escolares; Sociedade Amigável Mariana Gasul; Tuna das Costureiras de Lisboa; e União Amigável Maria Scintia.

a masculinização da mulher’, mas a ‘dignificação e a emancipação das mulheres’⁶” (COVA, 2018, p.199).

A predileção pela palavra “feminina” em detrimento de “feminista” é tão forte nos movimentos de mulheres de matriz europeia que alimenta as atitudes individuais das ativistas europeias, como fica exemplificado na definição de feminismo expressada por Osório em sua obra *As mulheres portuguesas*, publicado em 1905:

[...] não é querer as mulheres umas insexuais, umas masculinas de caricatura, como alguns cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana. (OSÓRIO, 2015, p. 29)

O entendimento de que a mulher deve ter um comportamento feminino também pode ser observado nos discursos sobre a condição da mulher tanto em Goa quanto no Brasil. Para exemplificar o caso no Brasil, citamos Maria Lacerda de Moura (1887-1945), autora e ativista anarcofeminista, que, embora tivesse ideias mais progressistas, como uma militância à frente de seu tempo em prol amor plural⁷, também expressa em suas ideias a mesma rigidez em relação ao gênero. Em sua obra, *A mulher é uma degenerada*, a autora diz não querer “*masculinismo feminino*: detestamos as mulheres viragos como os homens melindrosos” (MOURA, 1932, p. 192). A aversão a mulheres “viragos”, ou seja, de hábitos masculinos, e aos homens “melindrosos”, de hábitos femininos, demonstra a intolerância com a diversidade de gênero e a heteronormatividade desse feminismo – ou como coloca Judith Butler (2015), uma “heterossexualidade compulsória”, componente que também é parte do conjunto epistemológico do mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2020) que impõe suas diretrizes civilizatórias aos territórios

⁶ Sobre esse assunto pode-se pesquisar na seguinte documentação “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *Boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, fevereiro de 1916, n°5, p. 60 [N. da A.].

⁷ Em *Han Ryner e o amor plural*, livro de Moura publicado em 1933, a autora condena a moral repressiva ao sexo pregada pela configuração social que se divide em “religião, pátria ou classes”. A partir da leitura de *L’Amour plural, roman d’aujourd’hui et de demain (Amor plural: romance de hoje e de amanhã)* publicado em 1927 pelo filósofo anarquista individualista francês, Moura condena a monogamia como algo que não é uma prática real do amor, somente alcançada de forma mais honesta no amor plural.

que ocupa. Assim como Moura, Gomes demonstra uma indisposição com a “masculinização da mulher”, principalmente quanto à maneira em que elas são educadas, em programas “idênticos aos dos rapazes, e admiram-se depois que elas acalentem aspirações e desejos iguais aos deles, ao que chamam de feminismo ou a emancipação da mulher” (1932, p. 111). Nessa altura ela revela que seu feminismo não visa eliminar a diferença entre homens e mulheres, pois isso levaria a uma luta eterna entre seres que deveriam se complementares, mas fazer desaparecer a “inferioridade em que o egoísmo do homem tem colocado a mulher” (idem).

As concepções de gênero de cada uma dessas autoras são centrais também na formulação da ação social que elas têm em seus contextos, assim como na maneira em que escolhem com quem estabelecerão seus contatos. Isso fica patente, por exemplo, nas atividades da CNMP, à qual Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes é associada. Já nas associações fundadas por Ana de Castro Osório, como o Grupo Português de Estudos Feministas (GPEF) (1907-1908), a Associação de Propaganda Feminista (APF) (1911-1918), a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) (1908-1919), a Comissão Feminina ‘Pela Pátria’ (CFP) (1914-1916), a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP) (1916-1938), entre outras, percebe-se um reforço de uma concepção de mulher que se volta para o mundo do cuidado, concretizado na realização do trabalho de assistência⁸.

Vale destacar que a APF surgiu de uma divergência a respeito o sufrágio feminino: Maria Veleda (1871-1955), vista por algumas de suas colegas da LRMP como uma radical, advogava pelo direito de voto para *todas* as portuguesas, enquanto Osório desejava que apenas as mulheres instruídas pudessem ter o direito de voto garantido. Sem conseguir conciliar essa diferença, Osório desligou-se da LRMP, unindo-se à Carolina Beatriz Ângelo e outras portuguesas republicanas para fundar a APF, cujo órgão de propaganda foi o jornal *A Semeadora*. A CFP e a CMP surgiram no contexto da primeira Guerra Mundial e a segunda

⁸ Michele Perrot comenta, em *As mulheres ou os silêncios da história* (1998), que convém aos homens limitar e canalizar os poderes da mulher, direcionando suas forças (ou “qualidades específicas”) para o interesse geral. Perrot diz: “Na segunda metade do século XIX, sobretudo, elas são exortadas a exercer seu poder fora de casa: a controlar os bons costumes e as desigualdades por meio da filantropia, gestão privada da “questão social”, Certos setores lhes são destinados: as crianças, os doentes, os pobres. Elas serão as pioreiras do trabalho social. A casa burguesa não é nem um barém nem um gineceu. Ela se abre para o mundo. E é conveniente sair dela” (1998, p.269).

descende da primeira. De cariz assistencialista, as associações reuniam mulheres republicanas, muitas vezes eram relacionadas a homens do governo, para prestar socorro aos soldados em guerra. A CMP era uma remodelação da CFP e teve entre suas fundadoras Osório e Elzira Dantas Machado, esposa do presidente da República, Bernardino Machado. Essa associação não tinha viés feminista, mas de assistência nacional. Osório esteve envolvida ainda em associações de filantropia como as Escolas Maternais (1907), criada para cuidar de crianças consideradas desprotegidas cuja idade variasse entre 3 a 6 anos, e as Ligas da Bondade (1917), que visavam retirar crianças de 5 a 12 anos das ruas ao criar pequenas coletividades infantis (ESTEVEZ, 2010).

Françoise Vergès (2020) observa que o feminismo europeu nasce com a colônia, uma vez que “adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial” (2020, p. 17), expressando uma atitude assistencialista que pouco muda as condições materiais de vida das mulheres mais pobres e racializadas. Apesar de seu caráter conservador, não podemos negar que as associações têm sua relevância na constituição das redes intelectuais que difundiram as ideias do feminismo europeu. No caso português, elas contribuíram para que Ana de Castro Osório tecesse a sua própria rede intelectual. Vale ainda mencionar que a autora, maçom desde 1907, integrou a Loja Humanidade, parte do Grande Oriente Lusitano, de que muitas outras feministas portuguesas faziam parte. A amplitude da rede de sociabilidade de Osório possibilitou que ela propagasse o seu feminismo, sua literatura e suas ideias republicanas ao mesmo tempo em que abriu caminho para que outras pessoas com quem ela se relacionava publicassem em revistas e estabelecessem também seus próprios vínculos. Assim, discutiremos a seguir como essa rede permitiu a circulação das ideias de Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes no Brasil e em Portugal, assim como das de Ana de Castro Osório em Goa.

Relações de papel: construindo um caminho para propagar ideias

O espólio da família de Ana de Castro Osório (N12) e o Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (BR RJANRIO Q0) oferecem uma boa oportunidade para cruzar documentos e reconstituir as interações entre algumas ativistas feministas de língua portuguesa bem como as estratégias que utilizavam para difundir seus textos entre si.

Para Ana de Castro Osório, trocar correspondências era algo tão central em seu cotidiano, que a autora até mesmo incluiu a atividade em seu romance *Mundo Novo*⁹. Em carta a seu pai datada em 31 de maio de 1906, Osório comenta as relações que estabeleceu no Brasil e afirma que “Sempre é bom ter estas relações, apesar do papá dizer que não gosta de conhecer ninguém e eu, em princípio, também não gostar... Mas se a minha vida é conhecer gente nova!...” (BNP – ACPC – N12/8-A-51). No próprio fazer epistolográfico de Osório, é possível observar que a escritora reserva uma parte de seu dia para ler e responder as missivas de seus pais, irmãos, de políticos republicanos e ativistas feministas ao redor do mundo. No âmbito do conhecimento acerca dos modos de vida de mulheres na domesticidade e fora dela, as cartas também têm muito a dizer: ali, vemos explicadas as estratégias políticas, financeiras e intelectuais adotadas pela autora e por aqueles com quem se corresponde para expandir seus planos, além de temas que muitas vezes não são abordados abertamente, pois possivelmente causariam algum constrangimento social.

A correspondência que Osório trocou com Carmen de Burgos Seguí (1867-1932), escritora, jornalista, pedagoga e ativista feminista espanhola, é exemplar no sentido em que há, nas oito cartas recebidas pela autora portuguesa (BNP – ACPC – N12/123-1 a 10), uma riqueza de conteúdos acerca das articulações feministas em prol do sufrágio das mulheres espanholas, recortes de jornais, fotografias das ativistas e novidades sobre as associações do país, rendendo para Osório notícias em primeira mão a respeito do movimento fora de Portugal. Seguí acusa também o recebimento dos livros que Osório envia para que sua colega escritora os apreciasse, evidenciando que havia alguma expectativa de troca do fazer literário.

Chamo a atenção também para a profícua troca de correspondência que Osório manteve com seu pai (BNP – ACPC – N12/8 e 8A), João Baptista de Castro (1844-1920), entre 1900 e 1915, resultando em um total de 159 cartas escritas pela autora e enviadas ao pai, que era seu maior apoiador, tanto no âmbito financeiro quanto no intelectual. As missivas revelam não só o convívio da família Osório de Castro e

⁹ Romance publicado por Ana de Castro Osório pela primeira vez em 1927. Ali, a protagonista, Leonor da Fonseca, uma mulher instruída e pertencente à classe alta, ao ter de encarar a possibilidade de casar-se com o homem por quem é apaixonada e casar-se com seu amigo, um poeta, prefere mudar-se para o Brasil para explorar um mundo com novas possibilidades para uma mulher como ela.

seus embates internos, mas discussões acerca da cultura portuguesa, apreciações e recensões incisivas de obras literárias portuguesas¹⁰ e estrangeiras¹¹, bem como discussões acerca da imprensa local¹² e da burocracia por trás do trabalho literário¹³.

¹⁰ Em carta de 25 de abril de 1904, Osório diz a seu pai: “Eu também não gosto do Eça, mas mandei vir o livro para ter tudo dele, sempre é bom”, opinião contrária ao que diz em *As mulheres portuguesas*, de 1905, sobre o autor, que admite fazer parte da plêiade brilhantíssima de poetas e prosadores (OSÓRIO, 2015, p. 124).

¹¹ “Os livros antigos não sei o que valem, os que são bonitos e já retirei para nós é o do Balzac, dos pássaros, das Flores (porque tem lindas ilustrações) e para estudo retirei a coleção de 1 ano da *Gazeta de Lisboa*, muito interessante. É de 1754. *Prospectus pour placer à la tête de l’ouvrage intitulé Administration du Marquis de Pombal* – É publicado em Amsterdam em 1786 – Terá algum valor? Desconfio que é coisa mandada imprimir pelo próprio Marquês porque é um panegírico à sua obra. É interessante.

Viagem a Portugal do Duc de Chatelet – do mesmo tempo. 2 vols. encadernados. Que valor terá? Amanhã mandarei o resto da relação do que veio.” (26 de março de 1906; BNP – ACPC - N12/8-A-39)

¹² “Acho que é injusto com o *Mundo*, é desigual porque é um jornal feito por novos, por apaixonados, por quem não ganha e por isso às vezes excede-se n’uma ou outra coisa. Em todo o caso, tem ali gente de valor entre os novos. Aquele rapaz Mayer Garção, que é o que faz a secção dos Ecos tem muito valor. É descendente do Poeta Garção, mas não é *namorador* com diz o Camillo que era o outro. Hoje traz um artigo da Angelina Vidal toda piedade e resignação e uma crônica do Garção sobre os poetas do povo e seus aproveitadores. Se calhar leia. O papá acha tudo obsceno, bem, bem, o que não dirá do *Pastoril*? É claro que vai dizer que é imoral, como disse da *Fecundidade*. Eu acho que dizer a verdade é sempre honesto porque quando não serve para mais nada, serve para desgostar do crime. Aí está todo o grande sentido moral da grande obra do Zolá. Mandemos logo as cartas da *missão do Pe. Grainha*. Agora publicação de muito interesse. Os da *Palavra* são brutinhos, perderam logo as estribeiras e a linha, veja lá se o Pe. Cortella já deixou de ser assinante, isso sim, por enquanto finge-se estranho.” (15 de junho de 1901).

¹³ “Apesar de tudo quanto o papá diz da *propriedade* literária, estou *senhora absoluta* dos meus trabalhos com o registro na biblioteca Nacional!!!... Agora que venham cá roubar-me que eu lhes direi! *Cadeia com eles*. Eu, ao contrário do papá, é a única propriedade que acho justa e respeitável, a que sai do nosso próprio trabalho, do nosso cérebro ou das nossas mãos de artistas. O resto tanto pode ser nosso como do vizinho... Estou muito satisfeita com aquelas minhas propriedades *legalmente minhas pelo registro*.” (5 de novembro de 1905; BNP – ACPC - N12/8-A-30)

A correspondência de Osório também revela suas ligações com outras mulheres que compartilhavam do seu ideal de emancipação feminina. São exemplos a relação intelectual e de amizade com a brasileira Julia Lopes de Almeida (1862-1934) e com as portuguesas Albertina de Sousa Paraíso (1864-1954), jornalista e escritora; Adelaide Cabete, médica e ativista; Alice Pestana (1860-1929), jornalista, pedagoga e ativista feminista; Alice Moderno (1867-1946), professora, escritora e ativista feminista e dos direitos dos animais; Beatriz Pinheiro (1871-1922), jornalista, poetisa, escritora e editora do periódico *Ave Azul*; Fausta Pinto da Gama (? – 1910), ativista feminista que fundou os jornais *A Madrugada* e *A mulher e a Criança* junto à Osório; Maria Evelina de Sousa (1879-1946), educadora, jornalista e ativista portuguesa; Maria O'Neill (1873-1932), escritora, poetisa e ativista feminista, prima de Eça de Queiroz; Maria Veleda, escritora, professora, jornalista e ativista dos direitos da mulher; Virgínia Quaresma (1882-1973), jornalista, repórter e ativista do feminismo¹⁴; entre outras.

Como já mencionamos anteriormente, Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes faz parte do grupo de relações de Osório. A escritora portuguesa articula o contato entre as mulheres de sua rede para auxiliar Gomes em sua estada em Portugal, como podemos observar no seguinte excerto retirado de uma carta datada de 28 de agosto de 1934, escrita por Maria Ermelinda logo depois de sua mudança de Goa para o Porto:

Assim que recebi as duas cartas que teve a gentileza de mas enviar, fui logo na tarde procurar pela D. Filomena que me acolheu com a sua natural afabilidade. Procurou pela minha amiga muito interessadamente e sentiu imenso que eu tivesse chegado numa época em que tôdas as suas relações inclusive os filhos encontravam-se fóra do Pôrto. Todavia no dia 25 ela e o marido levaram-me à redação do “Primeiro de Janeiro” e “Montanha” e ontem ofereceu-me um chá a que assistiu a D. Sofia Agrebom¹⁵ que está muito encavacada consigo por ainda lhe não ter agradecido um livro que lhe ofereceu. Passei uma tarde muito agradável (BNP – ACPC - N12/22-2)

¹⁴ Quaresma era uma das poucas mulheres negras e lésbicas que transitava no meio do feminismo português do início do século XX português.

¹⁵ “Sofia Agrebom Gonçalves Dias da Silva, que viveu vários anos em Macau, onde foi Directora do Jornal *A Verdade* (1927).

Observamos aqui que Osório coloca Gomes em contato com D. Filomena e, por causa disso, a goesa estabelece relações com Sofia Agrebom, diretora do periódico *A verdade*¹⁶, de Macau. Teria sido interessante verificar se Gomes manteve contato com Agrebom e se chegou a publicar no periódico macaense, mas não tivemos acesso às edições do jornal. De qualquer forma, identificamos que o primeiro registro da interação entre Osório e Gomes está nas páginas da revista *A Semeadora*, em 1917, no artigo intitulado “A mulher na Índia Portuguesa”, texto que analisaremos brevemente para ilustrar algumas características do feminismo da autora.

Em seu artigo, Gomes utiliza uma estratégia retórica para atrair seus leitores, a *captatio benevolentiae* (conquista da benevolência), que consiste em “ganhar a simpatia do leitor, interpelando-o no sentido de receber louvor e solidariedade para a causa que está a ser defendida” (CEIA, 2009). Gomes aplica essa estratégia ao adjetivar a si mesma como “modesta” e seu texto como uma contribuição “minguada”, além de elogiar o trabalho das feministas portuguesas caracterizando-o como uma “cruzada patriótica”. Assim, o contraste entre “modesta indiana” e “cruzada patriótica” sugere uma série de imagens relacionadas à colonização: a subalternização indiana ao esforço civilizatório europeu que, agora, não se dá mais via religião, mas no campo do patriotismo republicano. Tal estratégia poderia funcionar para prender a atenção das leitoras portuguesas de *A Semeadora*, mulheres feministas de uma elite que apoiava o republicanismo.

Com o intuito de demonstrar à leitora e ao leitor portugueses que conhece bem a história lusitana, Gomes se refere também a algumas das grandes mulheres da história de Portugal, como *a padeira de Aljubarrota* e Isabel de Aragão, Rainha de Portugal. Menciona também uma mulher que faz parte das histórias portuguesa e indiana: Isabel Fernandes, que lutou na frente de batalha contra os turcos no Segundo Cerco de Diu (20 de abril a 10 de novembro de 1546).

A fim de contextualizar as condições que as mulheres goesas de seu tempo enfrentavam, Gomes escreve sobre as suas contemporâneas que frequentavam os Liceus e a Escola Médica de Goa, bem como aquelas que se esforçaram para se tornar parteiras. Além disso, aponta como as mulheres hindus de Goa ainda estavam “atrasadas” em relação às cristãs, principalmente por causa dos casamentos precoces:

¹⁶ O periódico *A verdade* foi publicado entre 1927 e 1929 e está disponível na Biblioteca Pública de Macau.

Há ainda uma falha que, tenho fé, a evolução sucessiva da sociedade indo-portuguesa hade ir corrigindo. É o progresso da mulher indú na Índia portuguesa. (GOMES, 1917, n.º 26, ano 3, grifos nossos)

Gomes afirma que a evolução, ou o progresso da mulher hindu, só viria por meio de uma suposta correção pela qual a sociedade indo-portuguesa deveria passar, ou seja, através de um processo civilizatório. Maytrayee Chaudhuri associa esse tipo de reflexão ao “pacote de ideias oitocentistas que reivindicava que o *status* de uma nação deve ser avaliado de acordo com o *status* da mulher” (2012, p. 26). Esse “pacote de ideias” que relaciona a condição feminina ao progresso civilizatório de um povo é também uma das bases do feminismo civilizatório europeu que, de acordo com Françoise Vergès, tem por princípio “salvar as mulheres racializadas do ‘obscurantismo’” (2019, p.45). Ao tentar colocar o progresso europeu como meta das mulheres hindus, Gomes realizaria uma mímica (BHABHA, 1998) do feminismo civilizatório (VERGÈS, 2020) gerando uma ambiguidade em relação a sua tese de que a mulher hindu tem, no próprio passado indiano, um modelo de sociedade em que possuía uma condição mais favorável, como veremos no segundo artigo publicado em *A Semeadora* (8 de junho de 1918, n.º 32, ano 3).

Nesse segundo texto, Gomes retoma sua abordagem do tema da condição da mulher na Índia, agora, sob o ponto de vista da história, lamentando a condição atual da mulher indiana, visando discutir o seu *status* desde tempos ancestrais:

No meu artigo *A mulher na Índia portuguesa* levemente aludia eu à mulher prévédica e védica indiana, que tivera um período de esplendor como em nenhuma parte do Universo. Este facto que é duma considerável importância histórica para a causa que tão denodadamente tantos espíritos femininos se votam, creio, não é conhecido da maioria das mulheres e por isso, eu, como mulher que amo o progresso e como índia que me preso de o ser, não posso deixar de o por em evidência, [...] (GOMES, *A Semeadora*, 8 de junho de 1918, ano 3, n.32, grifos nossos)

Em contraste com as ideias do feminismo civilizatório, ao dizer que não pode deixar de pôr em evidência o progresso da Índia, Gomes não só se afasta de um estereótipo do colonialismo que coloca os povos colonizados como povos sem história e sem cultura, como também afirma

sua posição de historiadora feminista, visando incluir as mulheres hindus e indo-portuguesas na história a partir de uma perspectiva feminina. Assim, ela contribui para mostrar aos leitores e leitoras portugueses que as mulheres indianas nem sempre foram submissas e passivas e que há evidência histórica que prova tal afirmação. Ela demonstra para aqueles que leem seu texto que as mulheres indianas estão em “uma posição singular de exclusão” (WEIGEL, 1986, p.71) e adota um “novo esforço analítico e interpretativo” (WEIGEL, 1986, p.72) para localizar, reconstruir e publicizar as mulheres indianas como personagens relevantes na história. Nesses artigos de 1917 já é possível identificar que Gomes negocia uma posição intermediária, em que sua identidade indo-portuguesa se mantenha intacta frente a um público desejoso de sustentar intacto o ideal de império – que, em certa medida, também era defendido por Osório em sua ideia de raça portuguesa.

Ainda que não Gomes não tenha uma posição de total concordância com Osório¹⁷, ela permanece na rede de sociabilidades da portuguesa, chegando a ter seus textos publicados no Brasil, algo que acreditamos ter se concretizado a partir do esforço de Osório em expandir suas conexões por meio da feminista brasileira Bertha Lutz (1894-1976). Segundo Eduardo da Cruz e Andreia Monteiro de Castro (2018, p. 116), a autora portuguesa procura difundir as ações de Lutz mobilizando Virgínia Quaresma, Maria Conceição Pereira de Eça e Joaquina Machado Dantas de Carvalho, filha de Bernardino Machado. Como Osório deseja estabelecer o máximo de ligações possíveis, inclusive na imprensa periódica, ela envia uma missiva para Lutz em 3 de março de 1928, perguntando sobre as relações da bióloga com a *Revista Feminina*, publicada em São Paulo. É muito provável que ela tenha feito perguntado por querer publicar seus textos na revista ou por desejar adicionar mais um nó na rede de relações que vinha tecendo desde o início do século¹⁸.

¹⁷ Em *The Empire Writes Back: Tracing Transnational Indias in the Work of Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes* (2019), Hilary Owen observa que o ideal protonacionalista presente nos dois volumes do Gomes *Sumário geral da história da Índia*, publicados por Gomes em 1926 e 1930, é questionado por Osório na introdução que escreve para os mesmos livros, evidenciando que a posição anti-imperialista de Gomes se manteve ao longo dos anos.

¹⁸ Na carta de Ana de Castro Osório, também citada no artigo de Eduardo da Cruz e Andreia Monteiro de Castro, a escritora portuguesa diz: “Sobre a propaganda do livro, enviei para os jornais por intermédio da Câmara de Comércio Portuguesa.

Vale, aqui, fazer uma digressão para comentar o lugar ocupado pela *A Revista Feminina* dentro do movimento de mulheres de língua portuguesa: fundada em 1915 por Virgilina de Souza Salles, a *Revista* circulou até 1936. Depois da morte de Virgilina, passa a ser dirigida por sua filha, Avelina Souza Salles. É uma revista voltada para a mulher burguesa e revela seus ideais no número de dezembro de 1918:

Criamô-la [a revista] pela necessidade premente de que se ressentia o nosso meio de uma leitura sã e moral e que, ao lado da parte recreativa e literária, colaborasse eficaz e diretamente na educação doméstica e na orientação do espírito feminino. Não tivemos não temos e não teremos nenhuma pretensão descabida; nosso esforço é modesto e humilde; não pretende ensinar nem reformar; o que pretende é apenas colaborar, na medida de suas forças para a educação feminina (*Revista Feminina*, ano V, n. 55, s.p.)

Assim como as associações portuguesas, a *Revista* adota o adjetivo “feminina” em vez de “feminista”, para demonstrar que não oferece perigo ao *status quo*. Isso fica expresso em setembro de 1922, quando afirma o seu propósito de lutar por um feminismo cristão, de características patrióticas que mantinha a máxima da “igualdade na diferença”:

O feminismo entre nós, presentemente, é um facto, ninguém o nega. Não esse feminismo revolucionário, que prega a destruição da família, que nega a ideia de Deus, que desconhece o sentimento da honra e prega uma liberdade que forçosamente se transformará em servidão. O feminismo puro, cristão, apoiado nas nossas tradições, reclamando para a mulher os direitos que lhe competem, nivelando-a ao homem, exigindo uma igualdade necessária, sempre visando a felicidade coletiva e o progresso da pátria, procurando instruíra mulher afim de que ela, se compenetrando dos seus deveres, os pudesse cumprir com elevação de vistas e de inteligência (‘O nosso centenário’, *Revista Feminina*, Ano X, n. 100, s.p.)

Vamos a ver o que eles dizem. Nós não lemos aqui os jornais daí. Mas dê-me a folha do *Pais* que trata da nossa questão, que em troca mandar-lhe-ei a do *Século*. O artigo a seu respeito é da Virgínia Quaresma. Na sua página é que pode referir-se ao livro e dar a sua opinião às mulheres. As mulheres aqui fazem pouco, mas a ideia agora vai por si própria. Em que relações estás com a *Revista Feminina* de S. Paulo?” (BR RJANRIO Q0.ADM, COR. A928.14).

Embora a *Revista* defenda um feminismo católico, corrente que Ana de Castro Osório desqualifica, a autora portuguesa já vinha publicando ali desde cerca de 1925, fato que se dá provavelmente pelo caráter patriótico dos projetos da autora e da *Revista*, assim como pelo interesse de Osório em expandir sua propaganda e suas publicações para o Brasil. Não fica claro, de fato, porque Osório pergunta sobre as relações de Lutz com a revista em 1928, mas há a sugestão, como já mencionamos aqui, de que ela tentaria aproximar-se da editora para expandir mais ainda a sua rede.

Curiosamente, há um artigo de Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes no *Heraldo*, jornal goês, de 9 de janeiro de 1927 (‘A mulher moderna’, ano XIX, n.º 545) em que a autora diz ter recebido um número da *Revista Feminina* enviado por uma “renomada escritora Portuguesa”, que acreditamos ser Ana de Castro Osório (no entanto, para confirmar tal suposição, precisaríamos ter acesso à correspondência de Gomes). Ela comenta a entrevista dada à *Revista* por Alfredo Kluberg em que o educador fala do ensino da economia doméstica. Gomes havia recebido e lido a *Revista* em 1927 pela primeira vez e, um ano depois, Osório pergunta a Lutz quais eram as relações que mantinha com os editores da revista. Supomos que Osório tomou essa atitude não só para que pudesse publicar ali, mas também para estender o benefício para que outras escritoras, como Gomes, pudessem publicar na revista brasileira.

Apesar da falta de evidências mais concretas de que Osório tenha mediado as relações entre Gomes e Avelina de Sousa Salles, podemos supor que, de alguma maneira, a amizade de Gomes com Osório levou a escritora goesa a assinar uma resenha sobre o livro *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, da escritora luso-brasileira Mariana Coelho (1857-1954), na *Revista Feminina*, n. 238, em março de 1934.

Em sua resenha, Gomes opina sobre o livro e lamenta que a mulher indiana tenha perdido a posição de prestígio que ocupava nos períodos Védico e Pré-Védico. Diz ainda que a história indiana tem muito a contribuir no que diz respeito à inclusão da mulher na narrativa histórica, como podemos ver no seguinte excerto:

Quem compulsar a “Evolução do Feminismo” ficará conhecendo a história e a evolução completa da mulher, desde as suas mais remotas origens até aos nossos dias. Verá nele que houve países onde a mulher foi igual senão ainda superior ao homem, particularmente na Índia onde chegou a ter culto supremo. E tenho pena que a

história da Índia não esteja devidamente vulgarizada na língua portuguesa, visto que a autora encontraria pelas dezenas de nomes femininos, eminentes na literatura, filosofia, ciências e guerra.

Certo, a autora [Mariana Coelho] afirma uma verdade quando subscreve a frase histórica — “Estudar a Índia é o mesmo que remontar às fontes da humanidade”. A civilização indiana ficou paralisada após as invasões dos bárbaros (árabes e mogóis) e com ela a mulher eclipsou-se por completo. Ao presente, acordou, porém, do seu longo torpor de dezenas de séculos e dignamente, corajosamente lançou-se na luta. Perante a falta da liberdade coletiva o feminismo na Índia diluiu-se no nacionalismo onde tantos nomes se evidenciam pela sua ciência, audácia, altivez e serenidade. (GOMES, *Revista Feminina*, n.º 23, março de 1934, s/p).

Há, aqui, dois elementos importantes no texto de Gomes que já estavam presentes no artigo publicado em 1917 em *A Semeadora*. O primeiro é mais explícito e associado ao “pacote de ideias oitocentista” do mundo moderno/colonial mencionado anteriormente. Imbuída dessa mentalidade, Gomes tenta mostrar que o território indiano só alcançaria um novo nível na escala civilizacional quando as condições das mulheres melhorassem de fato, o que novamente a filia a um feminismo civilizatório europeu. Em contraste, ela reconhece o impacto que o colonialismo tem sobre o feminismo: quando afirma que as mulheres não são livres como um grupo – porque não são uma classe ou uma categoria –, demonstra que a luta feminista se dilui no nacionalismo. Ela também assume que as mulheres carregam um duplo fardo, o de lutar por uma nação livre bem como de assegurar sua liberdade como mulher.

Retomando a discussão sobre a correspondência de Ana de Castro Osório, há indícios de que ela tenha publicado em um jornal na Índia antes de 1917¹⁹. No entanto, o único registro de um artigo de Osório publicado na Índia que conseguimos encontrar foi no jornal goês *O Mascotte*, em 6 de

¹⁹ A carta não está datada, mas como Osório menciona no início que enviou uma carta para sua mãe, Mariana Osório de Castro Cabral de Albuquerque Moor Quintins, deduzimos que foi escrita e enviada antes da morte de D. Mariana, ocorrida em 17 de novembro de 1917. Ela diz: “O Jornal de Estremoz não apareceu cá. E o tal jornal da Índia que publica a minha conferência também não apareceu. O outro dia é que recebi um livro oferecido por um índio e que é dedicado ao Alberto como mestre; mas a mim ofereceu-me o seu livro como feminista. O discípulo não foi pelas doutrinas do mestre. (BNP – ACPC – N12/8, grifos nossos).

agosto de 1933 (ano 1, n.º18). O periódico foi publicado entre 1933 e 1937 e era voltado para o público feminino e infantil. Foi dirigido por Antônio Colaço até o número 187 e, daí por diante, por Álvaro de Santa Rita Vás. Assim como a *Revista Feminina*, prefere não se definir como feminista em seu programa e define que a missão do jornal é divertir e educar as mulheres goesas, “mas educar-vos sempre de bom humor, um sorriso a suavizar cada conceito, cada fiozinho de luz a pungir em cada linha”.

Na edição de 3 de setembro de 1933, Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes, nas páginas do *Alma Feminina*, parabeniza os organizadores por realizarem a publicação de um jornal para mulheres e crianças em Goa, mas lamenta que ele não seja dirigido por mulheres²⁰:

Certo, o meu sonho concebia um jornal feminino escrito e composto só por mulheres. E este é obra masculina. Se isso é deprimente, aí onde a população feminina conta com tantas diplomadas exercendo profissões à ilharga da Índia Inglesa, onde sua irmã se tem afirmado pujantemente em valor real e insubstituível, assombroso de coragem, de dedicação e de altivez, tem, todavia, a vantagem de singrar pelo rumo mais seguro e avisado. Sim, porque, enquanto a mulher for mulher o seu primeiro ideal será sempre de agradar e conquistar a admiração e simpatia do seu semelhante, o homem. O jornal que difundir ideias e opiniões, juízos e conceitos que lhes são agradáveis, indicará a mulher o caminho mais certo contanto que os atos práticos dos seus mentores confirmem as palavras escritas.

Eis a grande responsabilidade que cabe ao que numa hora feliz meteram ombros a tão útil e simpática empresa, de educar a mulher e as crianças por meio dum jornal exclusivamente a elas dedicado. (GOMES, *Alma Feminina*, ‘Um sonho realizado’, ano 1, n.º 22, p.1)

Vemos ali que, novamente, em vez de comparar a mulher goesa à portuguesa, Gomes a coloca lado a lado às indianas da Índia Inglesa. Ainda assim, ao longo dos primeiros anos da revista, há artigos assinados por portuguesas como Maria Amélia Teixeira, poeta e diretora do *Portugal Feminino*; Sarah Beirão, diretora do órgão de propaganda do CNMP, que publicava o periódico *Alma Feminina*; e pela escritora brasileira Ítala Gomes Vaz de Carvalho, filha de Carlos Gomes.

²⁰ Houve, entre 1910 e 1912, uma revista mensal em língua marata chamada *Halâd Cuncu* que se destinava à mulher hindu. Foi publicada em Pondá, Goa, e dirigida por Socubai Vaidia, a primeira mulher a editar um periódico em Goa.

O *Alma Feminina* publica um artigo intitulado ‘Mascote’ (ano XVIII, n.ºs 7-8, p. 80) parabenizando a iniciativa da publicação goesa, revelando o cariz orientalista com que observam o empreendimento goês ao dizer que tudo que vem do Oriente “tem um sabor estranho”. Qualifica, então, a Índia como uma terra de encantamento, mistério e exotismo que enche a todos de curiosidade, além de citar Pierre Loti (1850-1923), escritor de viés orientalista e oficial da Marinha francesa, como referência de conhecimento sobre o Oriente. O texto finaliza pedindo colaborações literárias de autoras goesas, o que nos parece não ter ocorrido.

Ana de Castro Osório, talvez por intermédio de Maria Ermelinda, publica n’*O Mascotte* o artigo “Verdadeiro Feminismo” (ano I, n.º 18, p.1) em que expõe, basicamente, as ideias expressas em *As mulheres portuguesas*, como a reprovação à dependência econômica da mulher que a condena ao casamento, a afirmação da necessidade de educar a mulher para cuidar de si e como mãe para ser educadora dos filhos. Para Osório, esse é o verdadeiro feminismo.

Palavras finais

A internacionalização das associações feministas europeias produziu um acervo textual muito rico a partir do qual pode-se verificar as estratégias que as ativistas adotavam para propagar seus ideais, como, por exemplo, a troca de correspondências. Por meio das cartas, essas ativistas compartilhavam o progresso de suas associações, recortes de suas publicações, seus livros e até mesmo viabilizavam o encontro entre suas colegas de diferentes partes do mundo. Nesse sentido, é exemplar o caso de Ana de Castro Osório e Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes, cuja amizade intermediou a publicação das ideias de Osório no periódico goês *O Mascotte* bem como a publicação dos artigos de Gomes em Portugal e no Brasil, além de incluí-la como membro de uma das mais importantes associações feministas portuguesas.

Ainda que a ação de Gomes estivesse filiada ao feminismo civilizatório, verificamos em seus artigos alguma resistência a ele, principalmente no que diz respeito à mulher indiana como um ser sem história e que necessita ser salvo, quebrando, ainda que parcialmente, com a hierarquia entre a mulher colonial e a colonizada.

Referências

ANASTÁCIO, Vanda. Notes on the Querelle des femmes in Eighteenth-Century Portugal. *Portuguese Studies*, Cambridge, v. 31, n.º 1, p. 50-63, jan. 2015. Modern Humanities Research Association. <http://dx.doi.org/10.5699/portstudies.31.1.0050>.

BHABHA, Homi. *O lugar da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BR RJANRIO Q0 - *Fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino*. Arquivo Nacional (Brasil).

COELHO, Mariana. A evolução do feminismo. *Revista Feminina*. São Paulo, março de 1934, n. 238.

COVA, Anne. Para uma história transnacional do associativismo das mulheres (América Latina e Europa do Sul, 1888-1918). Em: PRIORI, Claudia; SILVA, Cleusa Gomes Da; VÁSQUEZ, Georgiane Garabely Heil (org.). **Perspectivas transculturais e transnacionais de gênero**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 189–213.

CRUZ, Eduardo DA; CASTRO, Andreia Monteiro De. A propaganda feminista luso-brasileira: as cartas de Ana de Castro Osório a Bertha Lutz. *Navegações*, v. 11, n. 2, p. 112, 2018. DOI: 10.15448/1983-4276.2018.2.32139.

ESTEVES, João. **Dos salões literários ao associativismo pacifista, feminista, maçônico, republicano e socialista**. 2010. Disponível em: <http://lagosdarepublica.wikidot.com/associativismopacifista>. Acesso em: 31 ago. 2019.

GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts. “A mulher na Índia portuguesa”. *A Semeadora*. Lisboa, 15 de ago. de 1917, ano 3, n. 26, pp. 2-3.

GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts. **Assuntos Pedagógicos**. Nova Goa: Imprensa Gonçalves, 1932.

GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts. “A mulher indiana desde a sua antiguidade”. *A Semeadora*. Lisboa, 8 de jun. de 1918, ano 3, n. 32, pp. 3-4.

GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts. “A mulher moderna”. *Heraldo*. Nova Goa, 9 de jan. de 1927, p.1.

GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts. “O feminismo em Portugal”. *Heraldo*. Nova Goa, 21 de jul. de 1931, p.1.

GOMES, Maria Ermelinda dos Stuarts. “Um sonho realizado”. *O Mascotte*. Nova Goa, 3 set. 1933, ano 1, n. 22, p.1.

MADEIRA, Viviane Souza. “Mulheres em movimento: feminismo em Goa, Brasil e Portugal na primeira metade do século XX. 2021”. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-13052022-202559. Acesso em: 2022-10-05. “Mascote”. *Alma Feminina*, Lisboa, jul.-ago. de 1933, ano XVIII, n. 7-8, p.80.

MOURA, Maria Lacerda. **A mulher é uma degenerada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932a.

N12 - Espólio da Família Castro Osório. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal.

OSÓRIO, Ana de Castro. “Verdadeiro feminismo”. *O Mascotte*. Nova Goa, 6 ago. 1933, ano I, n.18, p.1.

OSÓRIO, Ana de Castro. Ana de Castro. **Às mulheres portuguesas**. Lisboa: Bibliotrônica Portuguesa, 2015.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Mundo novo**. Lisboa: Sibila Publicações, 2018.

OWEN, Hilary. The Empires Write Back: Tracing Transnational Indias in the Work of Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes. **Portuguese Studies**, v. 35, n.º 2, Transnational Portuguese Women Writers, 2019, pp. 154-66.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 1998.

“Revista feminina. O que foi, o que é e o que será”. *Revista Feminina*. São Paulo, dez. 1918, n. 55.

WEIGEL, Sigrid. La mirada bizca: sobre la historia de la escritura de las mujeres. In: ECKER, Gisela (ed.). **Estetica feminista**. Barcelona: Icaria Editorial, 1986.

Data de Submissão: 02/05/2022

Data de aprovação: 13/07/2022